



DESTAQUES DE 22 A 26 DE ABRIL

NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

FINANCEIRO

[Decreto do Presidente da República n.º 54/2013. D.R. n.º 78, Série I de 2013-04-22](#)

Presidência da República

Ratifica a Decisão do Conselho de Governadores do Banco Europeu de Investimentos, de 31 de Dezembro de 2012, no que se refere ao aumento do capital do Banco

[Resolução da Assembleia da República n.º 61/2013. D.R. n.º 78, Série I de 2013-04-22](#)

Assembleia da República

Aprova, para ratificação, a Decisão do Conselho de Governadores do Banco Europeu de Investimento, de 31 de Dezembro de 2012, no que se refere ao aumento do capital do Banco

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2013. D.R. n.º 80, Série I de 2013-04-24](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Determina a conclusão do processo de venda directa de referência no âmbito do processo de reprivatização da empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S. A.

BANCO DE PORTUGAL

[Relatório Anual do BCE - 2012](#)

[Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito - Resultados para Portugal](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Regulamento da CMVM n.º 2/2013 sobre o Sistema de Indemnização aos Investidores \(Altera o Regulamento da CMVM n.º 2/2000\)](#)

[Consulta Pública da CMVM n.º 3/2013 sobre Projecto de Revisão do Regulamento da CMVM sobre Organismos de Investimento Colectivo](#)

ISP - INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL

[Norma regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 3/2013-R. D.R. n.º 78, Série II de 2013-04-22](#)

Instituto de Seguros de Portugal

Norma regulamentar 3/2013-R: índices

[Norma regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 4/2013-R. D.R. n.º 78, Série II de 2013-04-22](#)

Instituto de Seguros de Portugal

Norma Regulamentar N.º 4/2013-R: Alteração da Apólice Uniforme do Seguro de Colheitas para Portugal Continental

FISCAL

[Portaria n.º 160/2013. D.R. n.º 79, Série I de 2013-04-23](#)

Ministério das Finanças

Terceira alteração à [Portaria n.º 321-A/2007](#) de 26 de Março que cria o ficheiro modelo de auditoria tributária e segunda alteração a [Portaria n.º 363/2010](#) de 23 de Junho que regulamenta a certificação prévia dos programas informáticos de facturação do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas

[Portaria n.º 161/2013. D.R. n.º 79, Série I de 2013-04-23](#)

Ministério das Finanças

Regulamenta o modo de cumprimento das obrigações de comunicação dos elementos dos documentos de transporte, previstas no regime de bens em circulação

PENAL

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 9/2013. D.R. n.º 80, Série I de 2013-04-24](#)

Supremo Tribunal de Justiça

O sacador de um cheque que nele apuser uma data posterior à da emissão, e que em ulterior escrito por si assinado, requisitar ao banco sacado o seu não pagamento, invocando falsos extravio, subtracção ou desaparecimento, com a intenção de assim obter o resultado pretendido, preenche com esse escrito o tipo de crime de «falsificação de documento», previsto pela alínea b) (redacção do [Decreto-Lei n.º 48/95](#), de 15 de Março), hoje alínea d) (redacção da [Lei 59/2007](#) de 4 de Setembro), do n.º 1 do art. 256.º do Código Penal

SAÚDE

[Portaria n.º 163/2013. D.R. n.º 80, Série I de 2013-04-24](#)

Ministério da Saúde

Aprova as tabelas de preços a praticar pelo Serviço Nacional de Saúde, bem como o respectivo Regulamento

[Despacho n.º 5456-B/2013. D.R. n.º 79, Suplemento, Série II de 2013-04-23](#)

Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Estabelece medidas relativas a aquisição de dispositivos médicos pelos serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde, (SNS), tendentes a uma redução de encargos

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 187/2013. D.R. n.º 78, Série I de 2013-04-22](#)

Tribunal Constitucional

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 29.º da [Lei n.º 66-B/2012](#), de 31 de Dezembro; declara a inconstitucionalidade consequencial da norma do artigo 31.º da [Lei n.º 66-B/2012](#), de 31 de Dezembro, na medida em que manda aplicar o disposto no artigo 29.º dessa Lei aos contratos de docência e de investigação; declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 77.º da [Lei n.º 66-B/2012](#), de 31 de Dezembro; declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 117.º, n.º 1, da [Lei n.º 66-B/2012](#), de 31 de Dezembro; não declara a inconstitucionalidade das normas dos artigos 27.º, 45.º, 78.º, 186.º (na parte em que altera os artigos 68.º, 78.º e 85.º e adita o artigo 68.º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) e 187.º da [Lei n.º 66-B/2012](#), de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013)

[Acórdão n.º 129/2013. D.R. n.º 80, Série II de 2013-04-24](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma extraída do n.º 5 do artigo 8.º, em conjugação com o n.º 5 do artigo 11.º, ambos do Decreto-Lei n.º 60/2003, de 1 de Abril, que determina que a remuneração base constante da tabela II anexa ao mesmo diploma se aplica apenas aos nomeados, para o exercício de funções de coordenador de unidade integrante de centro de saúde, que não tenham vínculo à função pública

RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

[Decreto Legislativo Regional n.º 2/2013/A. D.R. n.º 78, Série I de 2013-04-22](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2013

RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Acórdão n.º 144/2013. D.R. n.º 80. Série II de 2013-04-24](#)

Tribunal Constitucional

Não admite o pedido de declaração de inconstitucionalidade das normas dos artigos 1.º a 62.º, todos do Decreto Legislativo Regional n.º 42/2012, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 252, de 31 de Dezembro de 2012 (Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2013)

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

ACTOS LEGISLATIVOS

[Decisão n.º 377/2013/UE do Parlamento Europeu e do Conselho](#), de 24 de Abril de 2013, que derroga temporariamente a Directiva 2003/87/CE relativa à criação de um regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa na Comunidade

[Regulamento \(UE\) n.º 345/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho](#), de 17 de Abril de 2013, relativo aos fundos europeus de capital de risco

[Regulamento \(UE\) n.º 346/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho](#), de 17 de Abril de 2013, relativo aos fundos europeus de empreendedorismo social

[Regulamento \(UE\) n.º 347/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho](#), de 17 de Abril de 2013, relativo às orientações para as infra-estruturas energéticas transeuropeias e que revoga a Decisão n.º 1364/2006/CE e altera os Regulamentos (CE) n.º 713/2009, (CE) n.º 714/2009 e (CE) n.º 715/2009

ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

[Regulamento \(UE\) n.º 344/2013 da Comissão](#), de 4 de Abril de 2013, que altera os anexos II, III, V e VI do Regulamento (CE) n.º 1223/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos produtos cosméticos

RECOMENDAÇÕES

[Recomendação do Comité Europeu do Risco Sistémico](#), de 20 de Dezembro de 2012, relativa ao financiamento das instituições de crédito (CERS/2012/2)

COMISSÃO

[Proposta de Regulamento que simplifica a aceitação de certos documentos públicos na União Europeia](#)

Com vista a reduzir a burocracia para cidadãos e empresas, a Comissão Europeia apresentou, no passado dia 24 de Abril, uma proposta de regulamento que prevê a supressão da apostilha e de uma série de outras exigências administrativas para autenticar os documentos públicos dos cidadãos que vivem e trabalham noutros Estados-membros da União Europeia.

Consultas Públicas

[Emissões pela Internet: consulta pública](#)

A transmissão de material audiovisual pela Internet permite uma maior escolha de programas televisivos e de filmes. Queremos conhecer a sua opinião sobre uma abordagem da UE que seja vantajosa para todos.

[Sistema Europeu de Supervisão Financeira](#)

26.04.2013 – 19.07.2013

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS EXTRAORDINÁRIO DE 23 DE ABRIL DE 2013

[Comunicado](#)

[Governo apresenta estratégia de crescimento, emprego e fomento industrial 2013-2020](#)



COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 26 DE ABRIL DE 2013

Foi aprovado, entre outros, o seguinte:

- Diploma que estabelece medidas contra os atrasos no pagamento de transacções comerciais, transpondo uma directiva comunitária que introduziu medidas adicionais para dissuadir os atrasos de pagamentos.
- Alteração da Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional, na sequência da nomeação do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares e do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, bem como dos respectivos Secretários de Estado.
- Diploma que estabelece o seguro do dador de sangue, previsto no Estatuto do Dador de Sangue.
- Diploma que estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos eléctricos e electrónicos (EEE), transpondo uma directiva comunitária sobre esta matéria.
- Resolução que autoriza o Ministro de Estado e das Finanças a dar execução à Decisão do Conselho de Governadores do Banco Europeu de Investimento (BEI), de 31 de Dezembro de 2012, no que se refere ao aumento de 10 mil milhões de euros do capital do Banco.

.(...)

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.

